



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

**CONTRATO Nº 32/2022**

**CONTRATO TRE-RO N. 32/2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO TRE-RO N. 0001492-96.2022.6.22.8000**

**EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N. 47/2022/TRE-BA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 52/2022/ TRE-BA**

Contratação pelo TRE-RO do objeto constante da Ata de Registro de Preços n. 52/2022/TRE-BA, assinada em 01/09/2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU n. 169, de 05/09/2022, Seção 3, fl. 197, com vigência por 12 meses, a contar da data da sua assinatura, e gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA. Contratação decorrente da condição do TRE-RO de Partícipe do Pregão Eletrônico com registro de preços n. 52/2022/TSE (Processo n. 0010024-33.2022.6.05.8000).

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA, PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO POR MÚLTIPLOS FATORES, COM FORNECIMENTO DE TOKENS HOMOLOGADOS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM REPASSE DE CONHECIMENTO E TREINAMENTO OFICIAL DO FABRICANTE.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. **04.565.735/0001-13**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **PTLS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n.º 09.162.855/0005-17, com sede na Avenida Tamboré, 267, 19º andar, Edifício Canopus Corporate, Barueri – SP, CEP: 06.460-000, telefone n.º (61) 3328-5345, e-mail herbert.azevedo@la.logicalis.com e fmdamasceno@yahoo.com.br, representada neste ato pelo senhor **HERBERT JOSÉ AZEVEDO**, portador da Carteira de Identidade n.º 20.033.911-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 102.603.658-58, e senhor **FABIO MEDEIROS DAMASCENO**, portador da Carteira de Identidade n.º 12.242.168-1-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 206.247.258-71, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO POR MÚLTIPLOS FATORES, COM FORNECIMENTO DE TOKENS HOMOLOGADOS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM REPASSE DE CONHECIMENTO E TREINAMENTO OFICIAL DO FABRICANTE**, sob a regência das Leis n.º 8.666/1993 e alterações, decorrente da Licitação TRE-BA n.º 47/2022, modalidade pregão, na forma eletrônica e da Ata de Registro de Preços TRE-BA n.º 52/2022 de acordo com o Procedimento Administrativo TRE-BA n.º 0010024-33.2022.6.05.8000, e consoante Ofício-Circular TRE-BA n. 46/2022/PRE/DG/ASSED (evento [0834176](#)), de 17/05/2022, Solicitação n. 11/2022/COSEIC (evento [0917310](#)), 19/10/2022, Despacho n. 2917/2022/GABSAOFC (evento [0922429](#)) e autorização no TRE-RO constante no Despacho n.º 1439/2022/GABDG (evento [0936882](#)), de 24/11/2022, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de serviço de autenticação por múltiplos fatores, com fornecimento de tokens homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão n.º 47/2022/TRE-BA e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE  
CONTRATUAL**

**1.** O valor total do presente contrato é de **R\$ 222.892,00** (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e noventa e dois reais).

<b>ITEM da ARP</b>	<b>Objeto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
01	Licença de serviço de autenticação por múltiplos fatores	450	390,00	175.500,00
02	Token de autenticação	50	272,00	13.600,00
03	Serviço de instalação	1	11.292,00	11.292,00
04	Serviço de treinamento	1	22.500,00	22.500,00
<b>Valor total do Contrato</b>				<b>222.892,00</b>

**2.** O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

**REAJUSTE**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. A despesa correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, com Função Programática n. 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa n. 33.90.40.06, 33.90.40.23 e 33.90.40.20.
2. Para a cobertura das despesas, foram emitidas as Notas de Empenho n.º 2022NE000786, 2022NE000787 e 2022NE000789, datadas de 25/11/2022.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DA GARANTIA**

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.
2. A Contratada deverá oferecer suporte técnico (garantia), em conformidade com o disposto no Tópico 8 do Termo de Referência, Anexo do Edital de Pregão n.º 47/2022/TRE-BA.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **1. O Contratante obriga-se a:**

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;
- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.
- f) No TRE-RO, a gestão do Contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC).

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**1.** São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão n.º 47/2022/TRE-BA.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão n.º 47/2022/TRE-BA e no presente Contrato.
2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**5.** No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**6.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

**1.** O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**1.** De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-RO, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;
- g) não executar o objeto licitado;
- h) retardar a execução do objeto licitado;
- i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Instrução Normativa n. 004/2018.
5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo do Edital de Pregão n.º 47/2022/TRE-BA e no presente Contrato.
6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99.
7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula**, a licitante será intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.
9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-RO, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art. 109 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.
2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18**

1. O TRE-RO e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:
  - a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-RO, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
  - b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.
2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-RO, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-RO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

5. A critério do TRE-RO, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – *DO FUNDAMENTO LEGAL***

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Edital de Pregão n.º 47/2022/TRE-BA e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – *DO FORO***

1. Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 29 de novembro de 2022.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo Contratante	
<b>HERBERT JOSÉ AZEVEDO</b> Pela Contratada	<b>FABIO MEDEIROS DAMASCENO</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.43134.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **HERBERT JOSÉ AZEVEDO, Usuário Externo**, em 29/11/2022, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MEDEIROS DAMASCENO, Usuário Externo**, em 29/11/2022, às 12:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/11/2022, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 30/11/2022, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 30/11/2022, às 16:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0946494** e o código CRC **C4771976**.

0001492-96.2022.6.22.8000

0946494v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001492-96.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE BA

ASSUNTO: ADESÃO À INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico nº 47/2022 TRE-BA – Ata de Registro de Preços nº 52/2022 – Solução unificada de Múltiplo Fator de Autenticação (MFA), com fornecimento de *tokens* homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante. Análise.

### **PARECER JURÍDICO Nº 244 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

#### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Gabinete da Diretoria-geral (GABDG), com o objetivo de contratação conjunta com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) de empresa para eventual fornecimento de solução de **Múltiplo Fator de Autenticação (MFA)**, via adesão à **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Bahia (TRE-BA), por meio Ofício-Circular n. 46/2022 – PRES/DG/ASSED** ([0834176](#)).

**02.** Neste documento, foi informado que esta contratação está prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, Anexo I – Arquitetura de Cibersegurança – 2021 a 2024 – TSE e TRES ([0731737](#)), Eixo E3 Ferramentas Automatizadas, enviada aos TREs por meio do Ofício-Circular GAB-DG TSE 254/2021, de agosto de 2021, e fundamentada no Acórdão TCU/Plenário 3143/2021 (item 9.1.5). Também,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

esclareceu que, em razão de as contratações previstas na estratégia mencionada serem planejadas por grupos de até 4 Regionais para atender a Justiça Eleitoral do país, coube ao TRE-BA, com apoio do TREs de Piauí e de São Paulo, a condução do processo administrativo de contratação da solução pretendida como órgão gerenciador na elaboração dos documentos de planejamento, o qual contemplará as demandas de todos os demais TREs interessados, inclusive, no que se refere a estimativa inicial do valor desta contratação para os 16 tribunais. E, portanto, solicitou este TRE-RO que se manifesta sobre o interesse em participar da contratação conjunta em apreço, informando o quantitativo a ser registrado de cada item, uma vez que tal manifestação é imprescindível para o prosseguimento da contratação, nos termos do art. 6º, I, Decreto n. 7.892/2013.

**03.** Recebida a demanda pela Diretoria-geral, encaminhou-se o feito para Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), a fim de que se emiti avaliação sobre a demanda do TRE-BA ([0834180](#)). Por sua vez, após Manifestação n. 12/2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC ([0835723](#)), o titular da STIC manifestou-se pela participação na contratação conjunta citada e informou a estimativa de quantitativo cada item do objeto, conforme Informação nº 58/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0835920](#)).

**04.** Em seguida, a DG expediu o Ofício n. 117/2022 – PRES/DG/GABDG ([0838456](#) e [0838767](#)), respondendo positivamente à contratação conjunta na condição de órgão participante do registro de preço conduzido pelo TRE-BA e indicando os quantitativos de cada item para o atendimento das necessidades deste Tribunal.

**05.** Concluídos, no âmbito do TRE-BA, a instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-BA SRP nº 47/2022, no qual o objeto foi definido como **SERVIÇO DE AUTENCIAÇÃO POR MÚLTIPLOS FATORES, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE TOKENS HOMOLOGADOS, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM REPASSE DE CONHECIMENTO E TREINAMENTO OFICIAL DO FABRICANTE**, o órgão gerenciador, mediante correspondências eletrônicas ([0896786](#) e [0906935](#)), encaminhou os seguintes documentos com intuito de subsidiar a efetivação da contratação pretendida neste Regional:

- Estudo Técnico Preliminar - [0896798](#) e [0896799](#);
- Edital de Licitação nº 47/2022 e seus Anexos (Anexo I - Termo de Referência, Anexo II - Orçamento Estimativo/Valor(res) Máximo(s) Admitido(s) para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratação, Anexo III - Minuta da ARP e Anexo IV – Minuta do Contrato) - [0896801](#);

- Ata de Registro de Preços ARP nº 52/2022 - [0896802](#) e [0906941](#);
- Publicação da ARP no DOU - [0896805](#);
- Termo de Apostila a ARP n. 52/2022 - [0906938](#);
- Publicação da Apostila citada - [0906945](#).

**06.** Diante disso, o coordenador da COSEIC elaborou a Solicitação de Contratação 11 ([0917310](#)), impulsionando as providências necessárias deste Tribunal para realização da contratação, consoante Despacho n. 2917/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0922429](#)).

**07.** Prontamente, o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício ([0922953](#)), motivo pelo qual a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 222.892,00 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e noventa e dois reais) e informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0923120](#)).

**08.** Por sua vez, a Seção de Contrato (SECONT) juntou a minuta do instrumento contratual ([0925213](#)), elaborada com base, principalmente, nas informações constantes no evento [0917310](#) e nos moldes estabelecido pelo anexo IV Edital – Minuta do Contrato do PE n. 4/2022, conforme Remessa n. 443/2022 ([0925217](#)).

**09.** Desta forma instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**10.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0001492-96.2022.6.22.8000) até a presente data.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

**12.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**13.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**14.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC**

**15.** Como condição prévia para a análise, e em se tratando de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), forçoso reduzir-se à obediência da Resolução nº 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trata das diretrizes para esse tipo de contratação no âmbito do Poder Judiciário e ainda aplicável as contratação baseadas na Lei 8.666/93, segundo o § 2º do art. 1º da Resolução CNJ n. 468/2022. Diante disso, é necessário fazer as ponderações abaixo.

**16.** Primeiramente, é importante registrar que os atos referentes a fase dos estudos preliminares desta solução de tecnologia da informação e comunicação (STIC) ocorreram de forma extraordinária, pois o rito mais adequado seria a constituição da equipe de planejamento e elaboração do ETP por este TRE-RO antes da manifestação sobre a adesão





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a contratação conjunta com TRE-PB ou pelo menos antes da realização do certame pelo órgão gerenciador.

**17.** Contudo, esta assessoria jurídica entende que, neste caso concreto, não houve descumprimento da norma citada, pois os trâmites processuais a serem adotados pelos Regionais nas contratações das variadas soluções necessárias à implantação da Estratégia Nacional de Cibersegurança para o período de 2021 a 2024, da qual esta aquisição pretendida está inserida, foram **definidos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, como se verifica no Ofício-circular GAB-DG n. 287/2022 (0831909), juntado no Processo Administrativo SEI n. [0002839-04.2021.6.22.8000](#).

**18.** No aludido documento, o Diretor-geral do TSE esclarece que compete aos Regionais designados como órgão gerenciador das atas a responsabilidade de elaboração dos documentos essenciais às contratações, conforme se verifica na transcrição abaixo:

O Decreto nº 7.892/2013 traz, de forma expressa, em seu art. 6º, as competências do órgão participante do sistema de registro de preços, nos seguintes termos:

"Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e **respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico**, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições".

Observa-se que o decreto exige dos órgãos participantes, tão somente, o encaminhamento da estimativa de consumo, local de entrega e respectivas especificações, podendo tais informações serem consolidadas, a critério do órgão participante, em termo de referência ou projeto básico. Nota-se que o decreto, em diversos momentos, usa o termo "especificações" como alternativa ao termo de referência ou projeto básico:

"Art. 6º, § 5º: Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua **especificação ou termo de referência ou projeto básico**, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º".

Assim, a elaboração de termo de referência ou projeto básico não é obrigatória ao órgão participante, cabendo tal atribuição ao órgão gerenciador, nos termos do art. 5º do citado decreto:

"Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...).

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório".

Nesse mesmo sentido, o Tribunal Superior Eleitoral editou a Instrução Normativa TSE nº 11/2021, que regulamenta as fases das contratações no âmbito do Tribunal e, assim, dispõe quanto à participação em registro de preços:

"Art. 44, §2º É dispensável a elaboração de Projeto Básico ou de Termo de Referência nos casos em que o Tribunal seja participante de licitação, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, necessária, entretanto, a instrução dos autos com as informações requeridas no art. 6º do mesmo decreto".

Assim, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de observar tais orientações na condução do processo administrativo referente ao certame licitatório eventualmente sob responsabilidade desse Regional.

(...) (Sublinhou-se)

**19.** Diante disso, no tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do Resolução CNJ nº 182/2013, observa-se que a equipe de planejamento do TRE-PB elaborou **ETP, contendo Análise de Viabilidade (0896798), Sustentação do Contrato (Seção I), Estratégia para Contratação (Seção II) e Análise de Risco (Seção III) (0896799)**, nos termos do § 2º do art. 12 da resolução citada - e **TR nº 47/2022 (Anexo I do Edital PE n. 47/2022 - 0896801, p. 24-42)**.

**20.** Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, considerando as ressalvas feitas nesta seção do opinativo, as diretrizes específicas foram observadas no caso em tela.

## **IV – ADESÃO A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO**

**21.** A eventual contratação ora pretendida pela Administração deriva da **adesão à contratação conjunta**, concebida na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral e conduzida pelo **TRE-BA**, dessa forma, o TRE-RO atua na condição de **órgão participante**, situação jurídica definida pelo **artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**.

**22.** O referido procedimento está compreendido pelo Sistema de Registro de Preço – SRP, o qual encontra amparo normativo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

originalmente no disposto no art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93, tendo sido regulamentada pelo decreto citado. Assim, cumpre-nos tecer breve comentário sobre este instituto.

**23.** Nas lições de Jorge Ulisses Jacoby FERNANDES, em seu livro intitulado Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, 2ª edição, editora Fórum, 2007:

Sistema de Registro de Preço é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão *sui generis*, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração. Nesse sentido, cabe destacar suas principais características:

- a) a tabela de preços proveniente de determinado Sistema terá validade não superior a doze meses (art. 15, § 3º, inc. III da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 12, § 2º do Dec. Nº 7.892/2013);
- b) a celebração de Ata de Registro de Preço (ARP) que é documento vinculativo e obrigacional, gerador de expectativa de contratação (art. 13 ss do decreto em comento), ou seja, se os preços de mercado se mostrarem mais vantajosos do que aqueles registrados, poderá a Administração contratá-los, detrimento deste, por meio da realização de licitação ou por via de contratação direta (art. 15, §4º, Lei nº 8.666/93);
- c) o processamento do SRP apenas por meio das modalidades concorrência (art. 15, § 3º, I, da Lei de Licitações e Contratos) e pregão (art. 11 da Lei 10.520/2020);
- d) a possibilidade de não indicar a dotação orçamentária na licitação para a formação do registro de preço, sendo apenas obrigatória antes da formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013).

**24.** Feitas tais considerações, é oportuno examinar o instituto jurídico da IRP que, embora não apresente sua conceituação, foi regulamentado pelo decreto mencionado e que, em suma, objetiva a ampliação de participantes em determinado registro de preço somando-lhe as demandas. Veja-se:

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

(...)

**25.** Extrai-se a finalidade da criação de tal ferramenta no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br):

O presente manual tem por finalidade orientar os servidores habilitados e cadastrados a operarem a funcionalidade de “INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP, que tem como finalidade **permitir à Administração tornar públicas suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais, que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.** (Intenção de Registro de Preço – IRP – Manual o Gerenciador, Brasília, agosto/2007, p. 4, disponibilizado no portal de compras do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Governo

Federal [https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual\\_irp-1.pdf](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual_irp-1.pdf)

**26.** Neste sentido, o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, manifesto pelo Acórdão nº 2.692/2012 – Plenário, a IRP é um sistema informatizado criado para permitir a ampla divulgação do interesse de um órgão em realizar o registro de preços e materiais, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades interessados ainda durante o procedimento licitatório, aumentando a perspectiva de quantitativos mínimos a serem adquiridos e a possibilidade de obtenção de economia de escala.

**27.** Não se verifica nos autos documentos sobre o registro e divulgação de IRP para contratação *sub examine* pelo TRE-BA no Sistema Comprasnet, impossibilitando afirmar se este procedimento foi realizado por meio do sistema. No entanto, houve, por parte deste Regional, manifestação expressa de adesão a participação da SRP formado por meio do PE nº 47/2022 do TRE-BA, consoante Ofício-circular n. 46/2022 - PRES/DG/ASSESD ([0834176](#)) e Ofício n. 117/2022 - PRES/DG/GABDG ([0838456](#)). Apesar de convite e a comprovação de seu aceite juntados não terem ocorridos por intermédio do mecanismo eletrônico estipulado pelo decreto, entende-se que objetivo de publicização preconizado pela norma foi preservado, pois ele possibilitou a divulgação e participação de diversos TREs da fase de planejamento da contratação compartilhada, potencializando maior economia de escala - conforme averiguar na ARP n. 52/2022 - ainda, evitou potenciais futuros “órgãos caronas” que desde os procedimentos iniciais já estavam participando do processo licitatório para SRP em comento.

**28.** Nesse sentido, vede, o seguinte trecho do Acórdão n. 2.692/2012 – Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU), expendidos antes ainda da edição do Decreto Federal n. 7.82/2013:

Acórdão:

(...)

9.4 recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que empreenda estudos para aprimora a sistemática do Sistema de Registro de Preço, objetivando **capturar ganhos de escala nas quantidades adicionais decorrentes de adesões previamente planejadas e registradas de outros órgãos e entidades que possam participar do certame**, cujos limites de quantitativos deverão estar em conformidade com o atendimento firmado pelo Acórdão 1.233/2012 – Plenário. (sem grifo no original)

**29.** Além disso, segundo o art. 4º, *caput*, do Decreto n. 7.892/2013, apenas os órgãos integrantes do Sistema de Serviço Gerais (SISG) são obrigados a operacionalizar a divulgação a IRP por meio do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais (SIASG), ou seja, somente na esfera do Poder Executivo Federal. E se tratando dos órgãos/entidades não integrantes do SISG, independente da esfera (federal, estadual ou municipal), só deverão utilizar este tipo de divulgação citada quando houver normativo próprio aplicado no âmbito destes órgãos/entidades instituindo a figura da IRP em termos semelhantes ao do disposto no art. 4º mencionado ou, então, com determinação expressa da adoção do referido decreto federal.

**30. No âmbito deste TRE-RO, existe a previsão de adoção da normatização de regulamentação sobre o SRP expedida pelo Poder Executivo Federal, conforme art. 3º da Resolução TRE-RO n. 001/2006. Assim, a sua utilização (da IRP como órgão gerenciador por meio módulo do sistema e do Decreto Federal n. 7.892/2013) é compulsória. Em outras palavras, caso não seja observada pelo TRE-RO, o procedimento não estará condizente com o arcabouço jurídico adotado e, conseqüentemente, será indevida.**

31. Não obstante, o mesmo não se pode afirmar do TRE-PB, pois não consta nos autos esta informação. Assim, considerando a presunção de legalidade do ato administrativo, esta unidade jurídica infere que a via eleita para a divulgação da IRP, com intento de proceduralizar a SRP em comento, pelo TRE-BA está adequada e compatível com os seus normativos próprios disciplinadores da matéria no seu próprio âmbito.

32. No caso em tela, observa-se que a participação colaborativa deste Regional no PE nº 52/2022, conduzido pelo TRE-BA, para que possam contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR (0896801, p. 24-42), está amparado nos normativos mencionados acima. Ademais, tal medida visa atender aos princípios da eficiência e da economicidade, uma vez que maiores quantidades de certo promoveram a obtenção de menores preços, resultante da competitividade e da economia de escala.

33. Por outro lado, pode-se comparar a forma como foi delineada a contratação da STIC pretendida com a compra nacional, também, disciplinada no Decreto n. 7.892/2013, o qual traz sua conceituação no art. 2º, VI, definição de órgão participante de compra nacional no art. 2º, VII, e as suas regras específicas previstas nos art. 6º, § 2º, § 3º e § 4º. Veja-se:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

(...)

VI - compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

VII - órgão participante de compra nacional - órgão ou entidade da administração pública que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

Art. 6º (...)

§ 2º No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 4º Os entes federados participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

(...)

**34.** A compra nacional ocorre quando o órgão gerenciador, institui um SRP destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante indicação prévia das demandas por parte dos entes beneficiários (geralmente da esfera estadual ou municipal). O objetivo deste SRP é promoção, pelo órgão gerenciador do programa ou projeto federal, de licitação para atender as necessidades das entidades beneficiárias do programa e não as suas próprias, inclusive não é necessário o aval formal dos órgãos participantes de compras nacionais, devendo somente indicar de forma prévia suas demandas.

**35.** O paralelo entre a compra nacional e a contratação ora em comento é estabelecido porque esta foi desencadeada em razão de conjectura em esfera nacional da Justiça Eleitoral sobre segurança em TIC que originou a **Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral**. Isto é, da mesma forma que a compra nacional, a contratação pretendida visa solucionar problemas no que tange ao atendimento de uma demanda social. E, por esta ótica, igualmente caberia a este Tribunal a comprovação da vantajosidade mencionada no art. 6º, § 3º, pois este princípio é inerente a todas as despesas realizadas pela Administração Pública. **À vista disso, recomenda-se que antes de adesão a IRP nas demais contratações similares sejam demonstradas nos autos a suas vantajosidade em detrimento de ser realizar uma licitação própria,**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **mesmo que tal diretriz tenha sido objeto de discussão nacional entre os órgãos desta Justiça Especializada.**

**36.** É importante destacar duas figuras participam deste procedimento: **órgão gerenciador** e **órgão participantes**. Aquele é responsável por conduzir o procedimento relacionados ao SRP (tanto o procedimento licitatório quanto a administração da ARP dele decorrente) e suas atribuições estão descritas no art. 5º do Decreto nº 7.892/13. Já este é órgão/ entidade que manifesta interesse em participar dos procedimentos iniciais do SRP e integra a ata, tendo suas competências elencadas no art. 6º, caput, inciso I a III, do mesmo Decreto, *in verbis*:

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam **formalizados e aprovados pela autoridade competente**;

II - **manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços**, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - **tomar conhecimento da ata de registros de preços**, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições. (sem grifo no original).

**37.** Quanto aos incisos II e III citados, verifica-se sua regularidade. A concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos [0834176](#), [0835920](#) e [0838456](#). E a ciência da ARP nº 52/2022, oriunda do PE nº 47/2022, é atestada pelos e-mails contidos nos eventos [0906935](#) e [0896786](#) e pela a juntada da própria ata em questão nos autos ([0896802](#), [0906941](#) e [0906938](#)). Neste ponto, sugere-se que a unidade gestora da contratação acompanhe o gerenciamento da ARP no TRE-BA, a fim de ter conhecimento de eventuais alterações.

**38.** Já com relação a obrigação prevista no inciso I do dispositivo legal citado, constata-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho nº 616/2022 – PRES/DG/GABDG de lavra da Diretora-geral ([0834180](#)).

**39.** Ainda, faz-se necessário citar a IN TRE-RO nº 04/2008, norma interna sobre procedimentos de contratação de serviços e compras de qualquer natureza e de gestão contratual no âmbito deste Regional, a qual





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dispõe em seu art. 19 as regras de participação do TRE-RO em aquisições e contratações conjuntas, *in verbis*:

Art. 19. Nos termos da legislação aplicável, o TRE/RO poderá participar de processo de contratações conjuntas com outros órgãos federais através de registro de preços, seja na condição de órgão gerenciador ou participante, sempre comprovada a conveniência de tal operação.

§ 1º **Havendo interesse, o Secretário da SAOFC lavrará manifestação circunstanciada, submetendo-a à deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa.**

§ 2º Autorizada o pedido, o processo seguirá as disposições da legislação e regulamentação aplicável a esse procedimento especial de registro de preços. (sem grifo no original)

**40.** Apesar de não detalhado o ingresso deste Tribunal na condição de participante em certame de registro de preços patrocinado por outro órgão federal, duas etapas são descritas: a) manifestação circunstanciada de interesse lavrada pelo secretário da SAOFC; e b) deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa. É evidente que tais etapas são prévias a adesão à IRP, por meio do sistema Comprasnet, quando possível.

**41.** No caso em análise, após o despacho citado e manifestação da COSEIC ([0835723](#)), o secretário da STIC anuiu à manifestação positiva da unidade técnica e confirmou os quantitativos dos itens ([0835920](#)), embasando a efetivação da adesão à IRP do TRE-BA feita pela Diretora-geral deste Tribunal por meio do Ofício n. 117/2022 – PRES/DG/GABDG ([0838456](#)).

**42.** Desta forma, conquanto a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizado pela IN TRE-RO 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente (Diretora-geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria nº 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supri as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

**43.** Tem-se em relevo que poderá a Administração utilizar-se da futura Ata de Registro de Preços por um período de até 12 meses de sua assinatura, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares, como também **permite desencadear a licitação independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações.**

**44.** No tocante à **disponibilidade orçamentária e financeira**, como já mencionado, é permitido desencadear o PE para formação de registro de preço independentemente da existência de recursos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013**:

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

**45.** Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU nº 20, de 01/04/2009**, assim direciona: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”. REFERÊNCIAS: arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

**46.** Constata-se a Programação Orçamentária ([0923120](#)), no valor de R\$ 222.892,00 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e noventa e dois reais), que comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida, podendo, portanto, ser firmado o contrato com a empresa **PTLS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA**, CNPJ n. 09.162.855/0005-17, detentora da ARP em análise.

**47.** Por fim, cabe salientar que, nos termos do § 1º, do art. 6, do Decreto 7.892/2013, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **V – CONCLUSÃO**

**48.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui pela:

**a) inexistência de óbice jurídico**, ressalvados os critérios de oportunidade e conveniência do gestor público, na atuação do TRE-RO, como órgão participante da contratação conjunta de solução de serviço de autenticação por múltiplos fatores, compreendendo o fornecimento de *tokens* homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante, para atender às necessidades do TRE-BA e demais órgãos partícipes, gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Bahia (TRE-BA), e divulgada por meio do Ofício-circular nº 46/2022 –



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PRES/DG/ASSED (0834176) e processada no Pregão Eletrônico nº 47/2022 (Processo SEI n. 0010024-33.2022.6.05.8000) - 0896801, com fulcro art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013 c/c art. 19, IN TRE-RO nº 004/2008; e

b) pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida nas quantidades dos itens solicitadas pela unidade técnica (0917310), abarcadas pelas registradas para este órgão participante na ARP n. 52/2022 e sua Apostila n. 1 (0906941 e 0906938), gerenciada pelo TRE-BA, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato (0925213) com a empresa PTL S Serviços De Tecnologia E Assessoria Técnica Ltda., CNPJ n. 09.162.855/0005-17.

Registre-se que, conforme já apontado no item 46 deste opinativo, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão de execução orçamentária de 2022 (0922953) e comprovação da sua programação (0923120).

**49. Quanto as minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 47/2022 (0896801 e 0925213), depreende-se que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, nos termos do §4º do art. 9º do Decreto nº 7.892/2013, incluído pelo Decreto 8.250/2014, c/c art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993. Portanto, torna-se descabido uma nova análise jurídica por esta AJSAOFC. O que se coaduna com a Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020, veja-se:**

### **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020**

I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.

II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHE PRESTAM ASSESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESAO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA. Referência: Parecer nº 9/2015/DECOR/CGU/AGU; a Nota nº 141/2017/DECOR/CGU / AGU ; Nota nº 148/2018/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU Art. 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666, de 1993; art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993; e Art. 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

Contudo, é salutar juntar aos autos, caso seja possível, o parecer jurídico do órgão gerenciador que aprovou estes instrumentos.

**50.** Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto da contratação.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 08/11/2022, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 08/11/2022, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0935005** e o código CRC **5F5CF049**.

0001492-96.2022.6.22.8000

0935005v17



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001492-96.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ASSUNTO: Adesão à intenção de registro de preço (órgão participante) – SRP – Pregão Eletrônico n. 47/2022 TRE-BA – Ata de Registro de Preços



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 52/2022 – Solução unificada de Múltiplo Fator de Autenticação (MFA), com fornecimento de *tokens* homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante.

### **DESPACHO Nº 1439 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo por meio do qual pretende-se efetivar a contratação conjunta com os Tribunais Regionais Eleitorais de empresa para eventual fornecimento de serviço de autenticação por múltiplos fatores, compreendendo o fornecimento de tokens homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante - solução de Múltiplo Fator de Autenticação (MFA) -, via adesão à INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), por meio do Ofício-Circular n. 46/2022 – PRES/DG/ASSED (0834176).

De acordo com esse Ofício-Circular, a presente contratação está prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, Anexo I – Arquitetura de Cibersegurança – 2021 a 2024 – TSE e TRES (0731737), Eixo E3 Ferramentas Automatizadas. Ademais, tem como objetivo aumentar a segurança cibernética no uso dos sistemas da Justiça Eleitoral, possibilitando autenticações mais seguras com adoção de outros fatores de autenticação.

Diante da manifestação de interesse da STIC em participar da contratação em apreço (0835920), esta Diretoria-Geral expediu o Ofício n. 117/2022 (0838456) respondendo positivamente à contratação conjunta na condição de órgão participante do registro de preço conduzido pelo TRE-BA e indicando os quantitativos de cada item para o atendimento das necessidades deste Tribunal.

Concluídos, no âmbito do TRE-BA, a instrução e tramitação do processo administrativo referente ao Pregão Eletrônico TRE-BA SRP n. 47/2022, o órgão gerenciador, mediante correspondências eletrônicas (0896786 e 0906935), encaminhou os seguintes documentos com intuito de subsidiar a efetivação da contratação pretendida neste Regional: Estudo Técnico Preliminar - 0896798 e 0896799; Edital de Licitação n. 47/2022 e seus Anexos (Anexo I - Termo de Referência, Anexo II - Orçamento Estimativo/Valor(res) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação, Anexo III - Minuta da ARP e Anexo IV – Minuta do Contrato) - 0896801; Ata de Registro de Preços ARP n. 52/2022 - 0896802 e 0906941; Publicação da ARP no DOU - 0896805; Termo de Apostila a ARP n. 52/2022 - 0906938; e a Publicação da Apostila citada - 0906945.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À vista disso, a COSEIC elaborou a Solicitação de Contratação n. 11 ([0917310](#)), impulsionando as providências necessárias deste Tribunal para realização da contratação.

O valor total do contrato foi estimado em R\$ 222.892,00 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e noventa e dois reais).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 1992 da COFC ([0922953](#)), formalizou a programação orçamentária da despesa, mediante a emissão de pré-empenho ([0923120](#)).

A SECONT elaborou a minuta de contrato de evento n. [0925213](#) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0925217](#)).

Instada, a AJSAOFC entendeu dispensável nova análise jurídica da referida minuta, tendo em vista que tanto a minuta do edital quanto a do contrato, produzidas no âmbito do Pregão Eletrônico n. 47/2022, foram aprovadas pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, nos termos do § 4º do art. 9º do Decreto n. 7.892/2013 c/c art. 38, parágrafo único da Lei n. 8.666/1993. Ademais, opinou pela inexistência de óbice jurídico na atuação deste Tribunal como órgão participante da contratação pretendida, com fulcro art. 15, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c o art. 4º do Decreto n. 7.892/2013 c/c art. 19 da IN TRE-RO n. 04/2008; pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida, nas quantidades dos itens solicitadas (Parecer Jurídico n. 244/2022 - [0935005](#)).

Em atenção ao item 49 do Parecer Jurídico n. 244 ([0935005](#)), a COSEIC procedeu à juntada dos Pareceres n. 469/2022 ([0936314](#)) e n. 502/2022 ([0936319](#)) da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas do TRE-BA.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favorável à autorização da contratação conjunta nos moldes sugeridos; pela autorização para emissão de nota de empenho para aquisição do objeto em favor da empresa PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA., CNPJ n. 09.162.855/0005-17; pela formalização da minuta de contato de evento n. [0925213](#); e pela publicação do extrato de instrumento contratual no DOU e no DJE ([0936671](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021 - tem em seu artigo 191 c/c 193 a permissão para a utilização





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Além disso, considerando se tratar de contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, foram observadas as diretrizes específicas previstas pela Resolução CNJ n. 182/2013, ainda aplicável às contratações baseadas na Lei n. 8.666/93, segundo o § 2º do art. 1º da Resolução CNJ n. 468/2022. No caso em apreço, verifica-se terem sido seguidas as referidas disposições, ressalvadas as inconsistências pontuadas pela Assessoria Jurídica da SAOFC.

Com efeito, verifica-se não ter ocorrido a constituição da equipe de planejamento e elaboração do ETP por este TRE-RO antes da manifestação sobre a adesão a contratação conjunta ou pelo menos antes da realização do certame pelo órgão gerenciador. Entretanto, a aquisição pretendida seguiu o rito definido pelo próprio TSE, como se verifica no Ofício-Circular GAB-DG n. 287/2022 ([0831909](#)). No aludido documento, o Diretor-Geral do TSE esclarece que compete aos Regionais designados como órgão gerenciador das atas a responsabilidade de elaboração dos documentos essenciais às contratações.

Diante disso, no tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar, previstos no §1º do art. 12 do Resolução CNJ n. 182/2013, observa-se que a equipe de planejamento do TRE-PB elaborou ETP, contendo Análise de Viabilidade ([0896798](#)), Sustentação do Contrato (Seção I), Estratégia para Contratação (Seção II) e Análise de Risco (Seção III) ([0896799](#)), nos termos do § 2º do art. 12 da resolução citada - e TR n. 47/2022 (Anexo I do Edital PE n. 47/2022 - [0896801](#), p. 24-42). Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, considerando as ressalvas feitas pela AJSAOFC, as diretrizes específicas foram observadas no caso em tela.

A contratação em apreço deriva da adesão à contratação conjunta, concebida na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral e conduzida pelo TRE-BA. Dessa forma, este Tribunal atua na condição de órgão participante, situação jurídica definida pelo art. 2º, inciso IV, e prescrita pelo art. 6º, ambos do Decreto n. 7.892/2013. O referido procedimento, ademais, está compreendido pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, o qual encontra amparo normativo originalmente no disposto no art. 15, inciso II, da Lei n. 8.666/93.

Como bem registrado no parecer da AJSAOFC, em que pese não haver informação acerca do registro e divulgação da IRP por meio do sistema pontuado no Decreto n. 7.892/2013 (SIASG), verifica-se que o





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objetivo de publicidade preconizado pela norma foi preservado, consoante Ofício-circular n. 46/2022 - PRES/DG/ASSESD ([0834176](#)) e Ofício n. 117/2022 - PRES/DG/GABDG ([0838456](#)), os quais possibilitaram a divulgação e a participação de diversos TRE's da fase de planejamento da contratação compartilhada.

Além disso, em cumprimento ao disposto no art. 6º do Decreto n. 7892/13, ressalta-se haver registro da concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos n. [0834176](#), n. [0835920](#) e n. [0838456](#). A ciência da ARP n. 52/2022, oriunda do PE n. 47/2022, é atestada pelos e-mails contidos nos eventos n. [0906935](#) e n. [0896786](#) e pela juntada da própria ata em questão aos autos, bem como tem-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados nos presentes autos, iniciando-se com o Despacho n. 616/2022 – PRES/DG/GABDG ([0834180](#)).

Em que pese a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizados pela IN TRE-RO n. 04/2008, houve deliberação tácita sobre o assunto por esta Diretora-Geral, tornando o procedimento interno em comento regular, suprimindo as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.

No tocante à disponibilidade orçamentária e financeira, como já mencionado pelo bem lançado Parecer Jurídico AJSAOFC ([0935005](#)), é permitido desencadear o Pregão Eletrônico para formação de registro de preço, independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013. Contudo, não há óbice para ser firmado o contrato com a detentora da ARP em análise, uma vez que a Programação Orçamentária ([0923120](#)), no valor de R\$ 222.892,00 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e noventa e dois reais) comprova a disponibilidade orçamentária para abarcar com a despesa pretendida.

Pelo exposto, ante o atendimento de todos os requisitos necessários à presente adesão à IRP, sendo certo que foram atendidos os requisitos exigidos nos diplomas normativos em vigor, bem como apurada a economicidade da aquisição pela unidade solicitante, e com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP n. 66/2018:

1 - ratifico a aprovação do ETP ([0896798](#)) e do Termo de Referência ([0896801](#), pág. 24), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inciso XI, do Decreto n. 10.024/2019, regras do Decreto n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008;

2 - aprovo o valor estimado constante do evento n. [0896798](#), item 1.4, em atendimento ao item 44 do Anexo II da Portaria CNJ n. 101/2021 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 - autorizo a despesa por meio de adesão à IRP n. 52/2022, gerenciada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, com fulcro no art. 15, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013 c/c art. 19 da IN TRE-RO n. 04/2008; e

4 - autorizo a lavratura do Contrato, conforme minuta juntada no evento n. [0925213](#) e, conseqüentemente, autorizo a emissão da nota de empenho em favor da empresa PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA, CNPJ n. 09.162.855/0005-17, no valor de R\$ 222.892,00 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e noventa e dois reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa.

À **STIC** para conhecimento dos itens 35 e 37 do Parecer Jurídico AJSAOFC [0935005](#), contendo sugestão de melhoria nos procedimentos de adesão a IRP feitos por este Regional.

À **SAOFC** para continuidade das ações necessárias à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 24/11/2022, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0936882** e o código CRC **2B3D5B11**.